

Envelhecimento populacional brasileiro no contexto das desigualdades sociais: perfil sociodemográfico dos idosos longevos¹

*Paulo Cesar Formiga Ramos², Maria Célia de Carvalho Formiga³, Nilma Dias Leão Costa,⁴
Kalline Fabiana Silveira⁵, André Luiz Barbosa de Lima⁶*

Resumo

O envelhecimento populacional tem sido observado em todos os países do mundo, independente de seu nível de desenvolvimento, pelo que é considerado um fenômeno mundial, natural e irreversível que implica em muitos desafios políticos, econômicos e sociais. O processo de envelhecimento da população brasileira tem se dado de forma bastante acelerada, ocasionada pela forte redução das taxas de fecundidade e pela queda da mortalidade idosa com consequente aumento da expectativa de vida ao nascer. A velocidade deste processo de envelhecimento pode ser observada pelos resultados dos últimos censos. Dentre as investigações sobre o envelhecimento populacional, o estudo dispensado a idosos longevos tem recebido especial atenção. O objetivo desse trabalho é analisar a concentração espacial da população de octogenários (acima de 80 anos) nas grandes regiões do Brasil, no contexto de suas desigualdades sociais e estabelecer o perfil sociodemográfico, segundo as unidades da federação, utilizando-se para isso os dados censitários do IBGE e os índices de desenvolvimento humano do PNUD. Realizou-se uma análise descritiva exploratória e demográfica, com aplicação de testes estatísticos não paramétricos, adotando-se um nível de 5% de significância. Os resultados mostraram que, em 1980, os idosos octogenários eram 10,5% do total de idosos do país e, segundo o censo de 2010, esse valor passou a 14,3%. As mulheres octogenárias são maioria absoluta, chegando a 63,9% na região Nordeste. Os testes mostraram diferenciais no processo de envelhecimento entre regiões no contexto das desigualdades sociais. Constatou-se a necessidade de políticas públicas efetivas de cuidado e atenção a esse grupo populacional que vem crescendo em grandes proporções, especialmente em regiões com maiores problemas socioeconômicos, em que a demanda por recursos sofre competição de vários grupos populacionais.

¹ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: cformiga@ccet.ufrn.br

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: formiga@ccet.ufrn.br

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: nilmadlcosta54@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: kallinef@yahoo.com.br

⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: andreveterinario@hotmail.com

Introdução

O envelhecimento populacional é um fato observado em todos os países do mundo, independente de seu nível de desenvolvimento, pelo que é considerado um fenômeno mundial, natural e irreversível (Camarano, 2002; Brito, 2008; SMU/IPP/SMS, 2008) que implica em muitos desafios políticos, econômicos e sociais (Wong e Carvalho, 2006, Guedes, 2006; Camarano, SMU/IPP/SMS, 2008; Nasri, 2008; Moser, 2010; Brasil, 2010). Esse fenômeno, resultado do chamado processo de transição demográfica, ocorreu de forma diferenciada, em termos temporais e estruturais, entre os diversos países. Para os países desenvolvidos, ocorreu de forma lenta, fazendo-se acompanhar dos avanços estruturais relativos ao mercado de trabalho, a educação, condições sanitárias, ambientais, de moradia e alimentares, mais favoráveis, levando à melhoria da qualidade de vida (Cerqueira e Oliveira, 2002, Nasri, 2008). Por outro lado, entre os países em desenvolvimento, esse fenômeno tem ocorrido de forma extremamente acelerada, não acompanhado pelos avanços estruturais citados. Sendo esse o caso brasileiro, onde o processo de transição demográfica, percebido desde a década de 80, passou a ser mais analisado a partir da década de 90. Na verdade, até início da década de 80, nos países em desenvolvimento, eram poucos os estudos sobre as consequências do processo de envelhecimento populacional, sendo mais fácil encontrar aqueles que tratavam de aspectos ligados às condições de saúde, aposentadoria e arranjos familiares para o suporte dos idosos (Moreira, 1997). Os aspectos demográficos do envelhecimento no Brasil, passou a ser mais explorado a partir de meados da década de 90 e foi, primeiramente, abordada nos estudos sobre as consequências demográficas da queda da fecundidade, conforme referido por Camarano (2002), fazendo referências aos trabalhos de Paiva et al (1981) e Carvalho (1984).

Em termos demográficos, existem dois principais fatores que respondem pelo fenômeno da transição demográfica: o declínio da fecundidade, assim como da mortalidade. Porém, ao contrário do senso comum, que, na maioria das vezes, credita o envelhecimento populacional à queda da mortalidade e à elevação da expectativa de vida ao nascer, é na queda da fecundidade onde se encontra o real peso desse envelhecimento (Moreira, 2000, Carvalho e Garcia, 2003; Wong e Carvalho, 2006; Alves, 2007).

De fato, para exemplificar esse cenário em termos de Brasil, convém observar que a taxa de fecundidade total (TFT), que era de 5,8 filhos por mulher em 1970, passou para 2,3 em 2000 e, atualmente, de acordo com o IBGE, ela estaria em 1,8 filhos por mulher, bem abaixo da chamada taxa de reposição populacional (2,1 filhos por mulher), o que também se reflete em grande desafio futuro pela problemática daí resultante em termos de equilíbrio social (Moser, 2010).

A diminuição relativa na proporção de crianças e jovens, reflexo da queda da fecundidade, tem por consequência um aumento da proporção de adultos e idosos no conjunto da população. Isto significa um crescimento mais elevado da população idosa, com relação aos demais grupos etários. No caso brasileiro, pode ser exemplificado por um aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população.

É indiscutível que a população idosa brasileira (60 anos e mais), tem crescido de forma rápida, tanto em termos absolutos quanto proporcionais. Dentro desse grupo, os denominados “mais idosos, muito idosos ou idosos em velhice avançada” (acima de 80 anos), também vêm aumentando proporcionalmente e de maneira mais acelerada, constituindo o segmento

populacional que mais tem crescido nos últimos tempos, sendo, hoje, mais de 12% da população idosa (Brasil, 2010).

Associado ao quadro de reestruturação etária, o Brasil tem observado uma redução da mortalidade da população idosa, pelo adiamento da morte para idades mais avançadas, gerando uma crescente longevidade, sendo essa, em parte, uma consequência de outro processo paralelo, denominado de transição epidemiológica, resultante de alterações nos padrões de ocorrência das enfermidades, mudando o perfil de morbidade e de mortalidade da população, com diminuição progressiva das mortes por doenças infectocontagiosas e elevação das mortes por doenças crônicas, mais típicas das populações idosas.

Nesse contexto de acelerado processo de envelhecimento populacional brasileiro, o conhecimento da composição e concentração da população idosa, em suas grandes regiões e Unidades Federadas (UF), mostra-se de especial importância para a definição de políticas públicas voltadas para esse seguimento populacional. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo analisar o envelhecimento brasileiro e a concentração espacial da população de octogenários (acima de 80 anos) nas grandes regiões do Brasil, no contexto de suas desigualdades sociais e estabelecer o perfil sociodemográfico, segundo as unidades da federação, correlacionando com fatores socioeconômicos.

Metodologia

A fonte dos dados básicos foram os Censos Demográficos dos anos 1980, 1991, 2000 e 2010 do IBGE, captados através do site da Fundação IBGE. Foi realizada uma análise descritiva exploratória e demográfica. Foram calculados indicadores demográficos, como índice de envelhecimento, que é a relação percentual entre os dois grupos etários extremos da população (0 a 15 anos e 60 e +, sendo os dois mais afetados no processo de envelhecimento), razão de dependência (quociente entre os mais jovens e os mais velhos e a população adulta) e relações percentuais entre os diversos grupos populacionais em relação à população total e ao total de idosos. Classificou-se como idosas pessoas de 60 anos e mais, referência etária adotada para países em desenvolvimento pela OMS. Trabalhou-se, para algumas análises, com os subgrupos de idosos sugeridos por Veras (1994), nas seguintes categorias etárias: idosos jovens (60-69 anos); meio-idosos (70-79 anos) e idosos velhos (80 anos e mais). Na verdade, o foco principal das análises é o grupo dos idosos velhos ou de idades mais avançadas (80 anos e mais), aqui denominados de octogenários em um sentido mais amplo, muito embora o significado real do termo restrinja o grupo àqueles que entraram na faixa dos oitenta anos e ainda não chegaram aos noventa anos de idade. Além dos subgrupos etários, algumas análises foram subsidiadas pela informação, segundo sexo, tendo sido empregadas desagregações por grandes regiões brasileiras e por UF da região Nordeste.

Associados aos indicadores de envelhecimento já definidos, selecionou-se indicadores socioeconômicos e demográficos disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013, PNUD-Atlas-DH-BR-2013, mostrados e definidos no Quadro 1. Realizou-se uma investigação transversal com os dados do Censo 2010, aplicando-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney (U-Teste), para comprovação das desigualdades socioeconômicas e dos diferenciais no contexto da longevidade populacional. As 27 UF foram empregadas como unidades de análise e composta em grupos de regiões (Sul mais Sudeste versus Nordeste), adotando-se um nível de significância de 5%. Com essa

composição, agregou-se UF mais ricas e desenvolvidas (Sul – n=3 mais Sudeste – n=4) versus UF socioeconomicamente mais deprimidas integrantes da região Nordeste (n=9).

Quadro 1 – Descrição das Variáveis (Indicadores socioeconômicos e do envelhecimento populacional), utilizados no estudo.

Variáveis (Indicadores socioeconômicos e do envelhecimento)	Descrição das Variáveis/Indicadores
IE	Razão entre a população de 60 anos ou mais de idade e a população de 0 a 15 anos de idade, multiplicada por 100.
IE80+	Razão entre a população de 80 anos ou mais de idade e a população de 0 a 15 anos de idade, multiplicada por 100.
e ₀	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes, ao longo da vida, o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.
Taxa-Dep	Razão entre as populações consideradas economicamente dependentes, 60 anos ou mais de idade e 0 a 15 anos de idade, em relação à população em idade economicamente ativa, 15 a 59 anos de idade, multiplicada por 100.
SOBRE60	Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até os 60 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalente no ano do Censo.
Analf-15a+	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
GINI	Medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Varia de 0, quando não há desigualdade (mesma renda domiciliar per capita), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes ao longo de sua vida escolar.
PPOB	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.
IDHM_E	Índice da dimensão Educação do IDHM. É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.
IDHM_L	Índice da dimensão Longevidade do IDHM. É obtido a partir do indicador Esperança de vida ao nascer, através da fórmula: [(valor observado do indicador) - (valor mínimo)] / [(valor máximo) - (valor mínimo)], mínimo 25 e máximo 85 anos.
IDHM_R	Índice da dimensão Renda do IDHM. É obtido a partir do indicador Renda per capita, através da fórmula: [ln (valor observado do indicador) - ln (valor mínimo)] / [ln (valor máximo) - ln (valor mínimo)], mínimo R\$ 8,00 e máximo R\$ 4.033,00 (Ago/2010).
%P60+_Ptot *	Percentual da população idosa: pessoas com 60 anos e mais de idade em relação à população total da área geográfica de interesse.
%P80+_Ptot *	Percentual de octogenários: pessoas com 80 anos e mais de idade em relação à população total da área geográfica de interesse.
%P80+/P60+*	Percentual de octogenários em relação à população idosa: pessoas com 80 anos e mais de idade em relação à população de idosos da área geográfica de interesse.
%PopF60+*	Percentual da população idosa do sexo feminino: mulheres com 60 anos e mais de idade em relação à população total de idosos da área geográfica de interesse

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e Atlas DH-BR-2013 (*Definição dos autores).

Resultados

Breve análise do envelhecimento populacional nas grandes regiões brasileiras

A velocidade do processo de envelhecimento populacional brasileiro pode ser observada pelos resultados dos últimos censos de 1980 a 2010 (Tabela 1 e Gráfico 1). Em 1980 foram registradas 7.226.805 pessoas de 60 anos e mais, o que representava 6,1% da população total. Já o censo de 2010 revelou uma população idosa de 20.590.599 pessoas, o que representa 10,8% do total de brasileiros, patamar que já a caracteriza como população envelhecida, segundo critério da OMS, para o qual se classifica como envelhecida aquela população com percentual de idosos maior ou igual a 7%.

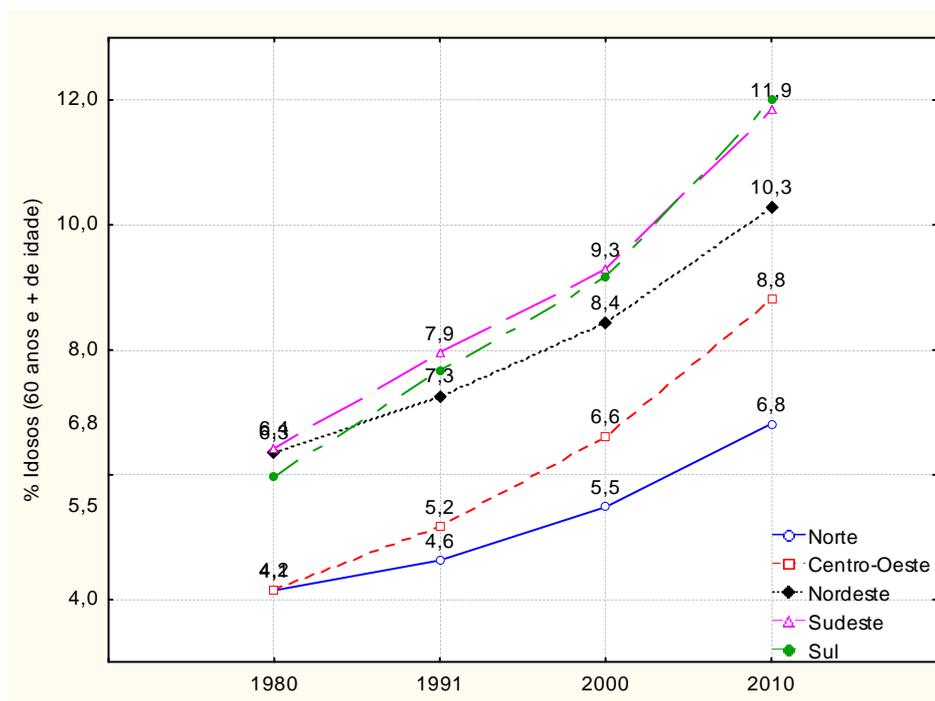
Em termos das grandes regiões, como se pode ver pela Tabela 1 e Gráfico 1, todas as regiões brasileiras apresentaram importante crescimento na sua proporção de idosos (pessoas com 60 anos e mais), sempre se mantendo com maiores percentuais as regiões Sudeste e Sul, com valores de 12,0 e 11,9%, respectivamente, em 2010, seguida pela região Nordeste (10,3%) e pela Centro-Oeste (8,8%), sendo todas elas regiões que têm suas populações classificadas como envelhecidas. Convém resaltar que os maiores crescimentos relativos, entre 1980 e 2010, ocorreram para duas regiões com perfis distintos em suas proporções relativas de idosos na população, a Centro-Oeste que vinha se mantendo como a quarta região no ranking de idosos e a Sul, região com a segunda maior proporção relativa de idosos no país, que galgaram crescimento relativo de 111,7% e 101,3%, respectivamente, no período analisado. A região Nordeste foi a que apresentou menor crescimento relativo de idosos no período (61,9%), porém, representou um acréscimo de 3.245.780 idosos, passando de 2.210.397 idosos em 1980, para 5.456.177 idosos em 2010, contingente populacional que representa mais do que a soma das populações totais dos estados de Alagoas e Sergipe, pelo censo de 2010. Este cenário sinaliza os grandes desafios a serem enfrentados pela região, no atendimento das necessidades desse grupo populacional.

Tabela 1 - População total e população de 60 anos e + (distribuição absoluta e percentual), segundo grandes regiões brasileiras, 1980 a 2010

Ano/Pop	Região					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total (BR)
1980						
Total	5.880.706	34.815.439	51.737.148	19.031.990	7.545.769	119.011.052
60 e +	243.923	2.210.397	3.323.625	1.134.916	313.944	7.226.805
60 e +(%)	4,1	6,3	6,4	6,0	4,2	6,1
1991						
Total	10.030.556	42.497.540	62.740.401	22.129.377	9.427.601	146.825.475
60 e +	463.957	3.087.586	4.984.058	1.699.531	487.573	10.722.705
60 e +(%)	4,6	7,3	7,9	7,7	5,2	7,3
2000						
Total	12.900.704	47.741.711	72.412.411	25.107.616	11.636.728	169.799.170
60 e +	707.071	4.020.857	6.732.888	2.305.348	769.865	14.536.029
60 e +(%)	5,5	8,4	9,3	9,2	6,6	8,6
2010						
Total	15.864.454	53.081.950	80.364.410	27.386.891	14.058.094	190.755.799
60 e +	1.081.469	5.456.177	9.527.354	3.287.465	1.238.134	20.590.599
60 e +(%)	6,8	10,3	11,9	12,0	8,8	10,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 1 - Evolução da participação da população de 60 e + na população total, segundo grandes regiões brasileiras, Censos Demográficos de 1980 a 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Analisando os dados do Censo de 2010 em relação ao sexo, percebe-se clara concentração da população feminina idosa, tanto no total do Brasil, onde 55,5% são de idosas mulheres, quanto em todas as suas grandes regiões. A região Sudeste é a que mais concentra mulheres idosas no país, 56,7%, seguida de perto pelas regiões Sul (55,6%) e Nordeste (55,3%). A região Norte é a que apresenta menor proporção de mulheres idosas, 50,4% no grupo de 60 anos e mais de idade.

Quando o foco passa ser o grupo mais longevo (Tabela 2), a feminização da velhice é ainda mais patente no Brasil, revelando 61,4% de mulheres com 80 e mais, entre o total de octogenários. Esta relação se apresenta ainda maior para as regiões Sudeste e Sul, respectivamente, com 63,9% e 63,5% de mulheres, no grupo dos idosos octogenários. Na sequência, observa-se que a região Nordeste concentra um contingente de 58,6% de mulheres idosas e, mesmo a região Norte, apresenta uma concentração proporcionalmente maior de mulheres longevas, 54,8%.

Se os dados são analisados pela razão de sexo - RS (neste estudo adotada como a relação percentual entre mulheres e homens), percebe-se que, nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, a RS é de 130,9, 125,2 e 123,5 de mulheres idosas para cada 100 homens idosos, respectivamente (Tabela 2). Dentre os octogenários, a RS é fortemente mais elevada, sendo de 176,7, 173,7 e 141,4 mulheres octogenárias para cada 100 homens desse grupo nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, respectivamente. No Brasil como um todo, observa-se uma RS de 159,1 mulheres para cada 100 homens de 80 anos e mais.

Tabela 2 - Distribuição da população de 80 anos e + (distribuição absoluta e percentual), segundo sexo e grandes regiões brasileiras, 2010

Região	Masculino		Feminino		Total		RS
	Pop	%	Pop	%	Pop	%	
Norte	62.127	45,2	75.381	54,8	137.508	100,0	121,3
Nordeste	359.808	41,4	508.738	58,6	868.546	100,0	141,4
Sudeste	489.628	36,1	865.347	63,9	1.354.975	100,0	176,7
Sul	156.460	36,5	271.777	63,5	428.237	100,0	173,7
Centro-Oeste	65.099	44,5	81.220	55,5	146.319	100,0	124,8
Total (BR)	1.133.122	38,6	1.802.463	61,4	2.935.585	100,0	159,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

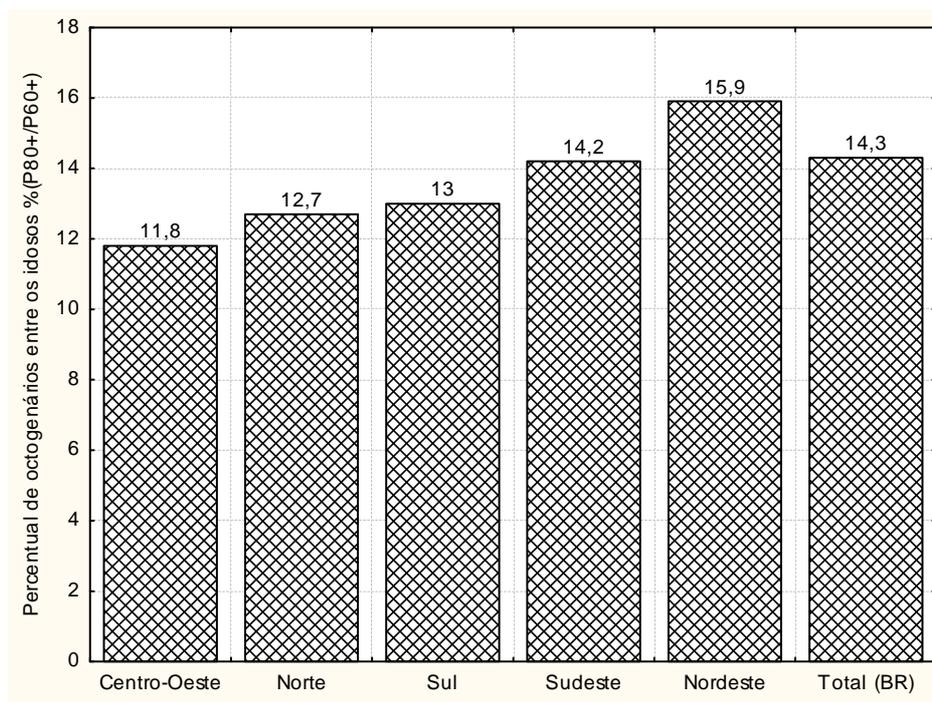
Ainda em termos de Brasil e grandes regiões pelo censo de 2010, a maior concentração de octogenários em relação à população de 80 anos e mais do país, encontra-se na região Sudeste (46,2%), seguida da Nordeste (29,6%) e da Sul (14,6%). Por outro lado, a população de octogenários, em relação à população idosa (60 anos e mais), mostra que a maior concentração relativa está na região Nordeste (15,9%), seguida da Sudeste (14,2%) e da Sul (13,0%), enquanto esse percentual para o total do Brasil é de 14,3% (Tabela 3 e Gráfico 2). Esse fato causa algum estranhamento, uma vez que essas duas últimas regiões são as mais desenvolvidas do país e já entraram no processo de envelhecimento populacional há muito mais tempo do que a região Nordeste. Diante desse cenário, torna-se desafiador investigar o comportamento do envelhecimento populacional desagregado por UF brasileiras, o que será também, objeto de análises neste estudo.

Tabela 3 - Distribuição absoluta e percentual da população de octogenários (80 anos e mais), em relação à população de 60 anos e mais, segundo grandes regiões brasileiras, 2010.

Região	Pop. Masc. 80 e +	% pop.		Pop. 80 e +	% pop. 80 e +	% pop. 80 + em relação à pop. 60 +
		Masc. 80 + em relação à pop. 60 +	Fem. 80 + em relação à pop. 60 +			
Norte	62127	11,6	13,8	75381	137508	12,7
Nordeste	359808	14,7	16,9	508738	868546	15,9
Sudeste	489628	11,9	16,0	865347	1354975	14,2
Sul	156460	10,7	14,9	271777	428237	13
Centro-Oeste	65099	11,0	12,6	81220	146319	11,8
Total (BR)	1133122	12,4	15,8	1802463	2935585	14,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Gráfico 2 - Distribuição percentual da população de octogenários (80 anos e mais), em relação à população de 60 anos e mais, segundo grandes regiões brasileiras, 2010



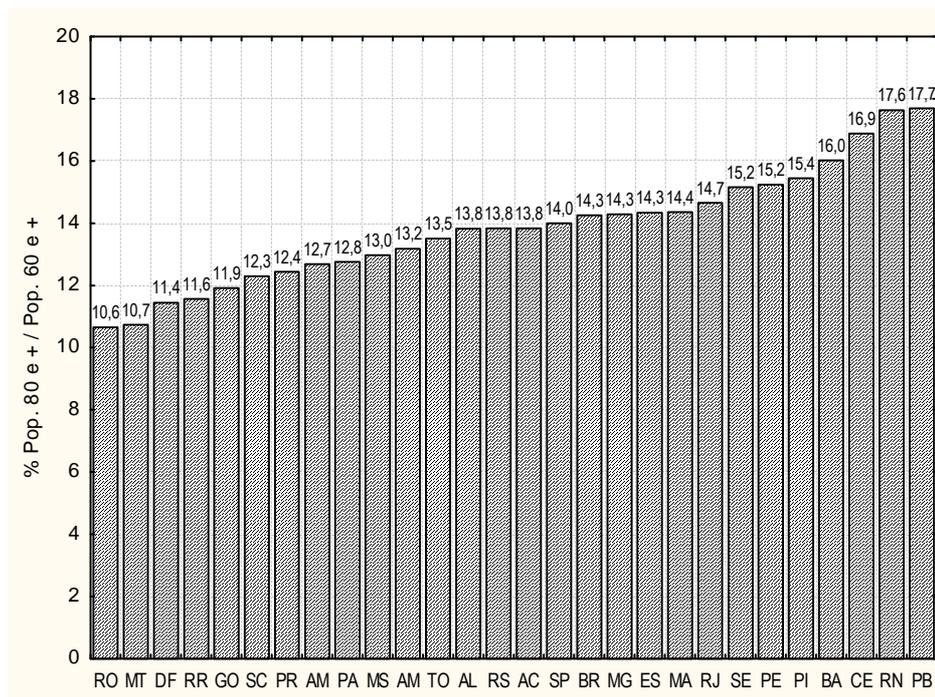
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Um olhar para o envelhecimento populacional nas Unidades Federativas do Brasil

As UF mais envelhecidas encontram-se nas regiões Sul e Sudeste, as mais desenvolvidas do Brasil, onde a maior proporção de idosos, por 100 jovens, é encontrada no estado do Rio de Janeiro (RJ), 66,9%, seguido do estado do Rio Grande do Sul (RS) 66,5%, das regiões Sul e Sudeste, respectivamente, enquanto os índices mais baixos estão na região Nordeste, nas UF com maiores vulnerabilidades socioeconômicas. Porém, as maiores proporções de idosos octogenários sob a população total, bem como sob o total de idosos, estão nas UF da região Nordeste (Gráfico 3). Nas UF da Paraíba e Rio Grande do Norte, por exemplo, 17,7% e 17,6% dos idosos são octogenários, respectivamente, enquanto no RJ e RS esses percentuais são de apenas 14,7% e 13,8%, respectivamente. As mulheres octogenárias são maioria absoluta no Brasil, com razão de sexo de 159%, chegando a 202% no RJ e 198% no RS.

Foram detectadas diferenças estatisticamente significantes ($p\text{-valor} < 0,05$) entre indicadores do envelhecimento e condições socioeconômicas entre as regiões, conforme pode ser observado pelos resultados do teste não paramétrico de Mann-Whitney (Tabela 3). Essa Tabela mostra o resultado das comparações entre dois grupos de regiões, segundos suas UF: Grupo 1 ($n=7$ UF) regiões Sul ($n=3$) mais Sudeste ($n=4$), versus Grupo 2 ($n=9$ UF) região Nordeste, sendo o Grupo 1 composto por UF mais ricas e desenvolvidas e o Grupo 2, por UF socioeconomicamente mais vulneráveis, integrantes da região Nordeste.

Gráfico 3 - Distribuição percentual da população de octogenários (80 anos e mais) em relação à população de 60 anos e mais, segundo UF brasileiras, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Pode-se observar que, em termos dos indicadores econômicos, sociodemográficos e de desenvolvimento humano, existem diferenças estatisticamente significantes (p -valor $<0,05$) para, praticamente, todas as comparações realizadas entre o Grupo 1 (regiões Sudeste e Sul) e o Grupo 2 (região Nordeste), vindo a confirmar a vulnerabilidade social da região Nordeste frente às Sul e Sudeste. No contexto dos indicadores de envelhecimento populacional, verificam-se diferenças significantes (p -valor= $0,0004$) no índice de envelhecimento (IE), também confirmando maior envelhecimento (maior proporção de idosos, maiores de 60 anos em relação aos menores de 15 anos) nas regiões Sul e Sudeste. Entretanto, não existem diferenças significantes entre esses grupos em relação ao índice de envelhecimento da população de 80 anos e mais (octogenários em relação à população jovem), bem como $\%(P80+/P_{tot})$ e $\%(PopF60+)$, mostrando que a relação entre longevos e jovens ou longevos e o total da população são semelhantes entre os grupos (p -valor $>0,05$), sinalizando a importância relativa do contingente de longevos na região Nordeste.

Já em relação à expectativa de vida ao nascer (e_0), as diferenças significantes entre os grupos (p -valor= $0,0004$) atestam uma maior expectativa média de vida das UF das regiões Sul (75,7 anos, em média) e Sudeste (75,3 anos, em média), em relação à Nordeste (71,8 anos, em média). Porém, os diferenciais desse indicador entre essas regiões vem fortemente se reduzindo nas últimas décadas.

Tabela 3 - Resultados do Teste de Mann-Whitney (U-Teste), entre o Grupo 1 (UF das regiões Sudeste mais Sul (n=7)) e Grupo 2 (UF da região Nordeste (n=9)), em relação à indicadores selecionados (valores significantes de $p < 0,05$)

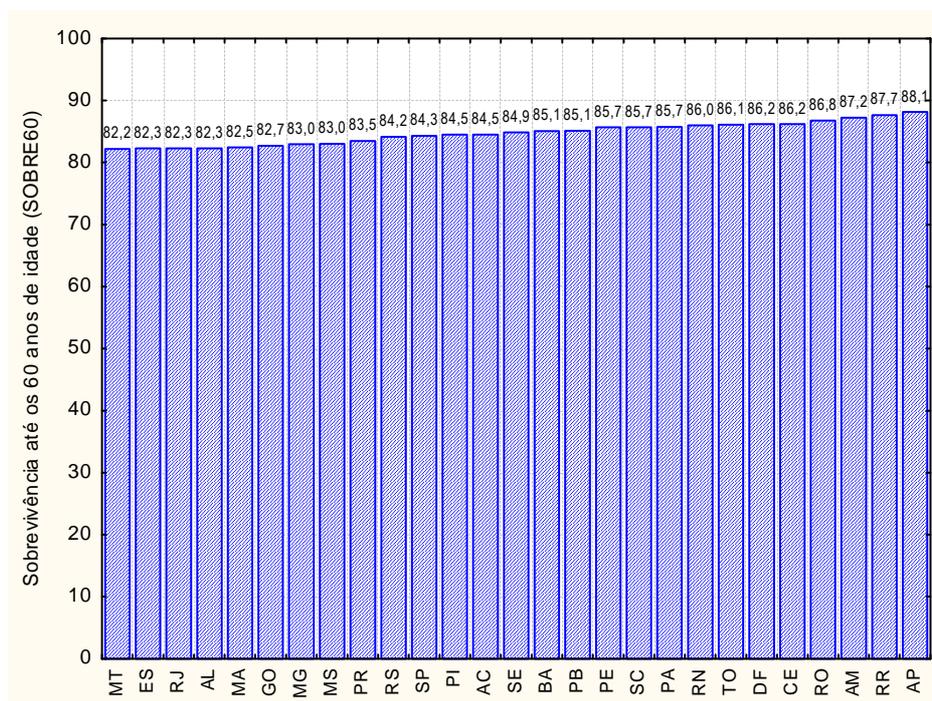
Indicadores	Rank Sum Grupo 1	Rank Sum Grupo 2	U	Z	p-valor	Z ajustado	p-valor	Válido N Grupo 1	Válido N Grupo 2	valor exato de p
IE	90	46	1	3,228	0,001	3,228	0,001	7	9	0,0004
IE80+	71	65	20	1,217	0,223	1,217	0,223	7	9	0,2523
e0	91	45	0	3,334	0,001	3,337	0,001	7	9	0,0002
Taxa-Dep	28	108	0	-3,334	0,001	-3,337	0,001	7	9	0,0002
Analf-15a+	28	108	0	-3,334	0,001	-3,334	0,001	7	9	0,0002
GINI	28	108	0	-3,334	0,001	-3,379	0,001	7	9	0,0002
PPOB	28	108	0	-3,334	0,001	-3,334	0,001	7	9	0,0002
IDHM	91	45	0	3,334	0,001	3,334	0,001	7	9	0,0002
IDHM_E	91	45	0	3,334	0,001	3,337	0,001	7	9	0,0002
IDHM_L	91	45	0	3,334	0,001	3,339	0,001	7	9	0,0002
IDHM_R	91	45	0	3,334	0,001	3,334	0,001	7	9	0,0002
%(P60+/ Ptot)*	78	58	13	1,958	0,050	1,958	0,050	7	9	0,0549
%(P80+/Ptot)*	59	77	31	-0,053	0,958	-0,053	0,958	7	9	1,0000
%(PopF60+)*	64	72	27	0,476	0,634	0,476	0,634	7	9	0,6806
%(P80+/P60+)*	34	102	6	-2,699	0,007	-2,699	0,007	7	9	0,0052
SOBRE60	82	54	9	2,3817	0,0172	2,3817	0,0172	7	9	0,0164

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e Atlas DH-BR-2013 (*Definição dos autores).

Como resultados mais significativos deste estudo, destacam-se as diferenças estatisticamente significantes entre os grupos, para a proporção de longevos em relação ao total de idosos %(P80+/P60+), com p -valor= 0,0052, e a sobrevivência até os 60 anos de idade SOBRE60, p -valor=0,0164 (Tabela 3). Tais diferenças, em relação à proporção de longevos, apenas atestam o que foi mostrado pelo Gráfico 3, onde 7 (77,8%) das 9 UF da região Nordeste aparecem em posição de destaque. Por sua vez, a probabilidade de sobrevivência até os 60 anos de idade, mostra diferenças favoráveis em relação ao Grupo 1, UF da região Nordeste, onde um idoso que chegue aos 60 anos pode esperar chegar a 86,2 anos no Ceará, 86,0 anos no Rio Grande do Norte, 85,7 anos em Pernambuco e 85,1 anos na Paraíba (Gráfico 4). Enquanto isso, na região Sul, apenas os idosos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, podem esperar chegar aos 85,7 e 84,2 anos, respectivamente e, na região Sudeste, em São Paulo o idoso pode esperar chegar a 84,3 anos e 83,0 anos em Minas Gerais.

Tais resultados, são impactantes e inesperados, dada a situação de maior vulnerabilidade das UF da região Nordeste, as quais, historicamente, sempre apresentaram situações desfavoráveis em todos os seus indicadores econômicos e sociodemográficos.

Gráfico 4 – Sobrevivência da população até aos 60 anos de idade, segundo UF brasileiras, 2010



Fonte: Atlas DH-BR-2013

Considerações finais

Apesar das regiões Sul e Sudeste serem as mais envelhecidas e mais desenvolvidas do país, a concentração relativa de idosos longevos encontra-se na região Nordeste, mais vulnerável socioeconomicamente, o que representa grandes desafios para elaboração de políticas públicas efetivas de cuidado e atenção a esse grupo populacional.

No que se refere à população mais longeva ou octogenários, esta representa significativa parcela da população idosa, sendo a região Nordeste a que apresenta maior concentração relativa (15,9%), superando os percentuais observados para as regiões Sudeste (14,2%) e Sul (13,0%).

Os resultados mostraram diferenças estatisticamente significantes quando da aplicação do teste de Mann-Whitney (U Test), na comparação dos grupos de UF das regiões Sul+Sudeste (Grupo 1) versus UF da região Nordeste (Grupo 2), para diversos indicadores econômicos e sociodemográficos. Porém, não foram evidenciadas diferenças quanto a vários indicadores do envelhecimento propriamente dito, especialmente aqueles envolvendo a população octogenária. Tal cenário sinaliza os grandes desafios a serem enfrentados pela região Nordeste no atendimento das necessidades desse grupo populacional.

Espera-se que os resultados deste trabalho venham despertar a atenção de estudiosos e pesquisadores no sentido de investirem na realização de estudos que possam revelar as

condições de vida e saúde das pessoas longevas destas áreas, propiciando subsídios consistentes para as políticas públicas dessa população.

Referências

ALVES, JED. O inevitável envelhecimento da população brasileira. Inclusão Social em Debate. Instituto de Economia (IE) da UFRJ, Rio de Janeiro, out. 2007.

BERQUÓ, E. Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: Seminário Internacional Envelhecimento Populacional, 1., 1996. Brasília. *Anais... MPAS/SAS*, p. 16-34, Brasília, 1996.

BELTRÃO, K. I., CAMARANO, A. A., MEDICI, A. C., OLIVEIRA, F. Aposentadoria por tempo de serviço: onde a esperança de vida é o menos importante. Como vai? População brasileira. Brasília: IPEA, ano III, n. 1, p. 1-8, abr. 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. 44 p. Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12. Brasília, 2010.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. Revista brasileira Estudos Populacionais. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008

CAMPOS, N. O. B.; RODRIGUES, R. N. Ritmo de declínio nas taxas de mortalidade dos idosos nos estados do Sudeste, 1980-2000. Revista brasileira Estudos Populacionais. Campinas, v. 21, n. 2, p. 323-342, jul./dez. 2004.

CAMPOS, N. O. B. Ritmo de declínio nas taxas de mortalidade dos idosos Brasil e grandes regiões, 1980-2003. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, 15., 2006. Caxambu/MG. *Anais... Caxambu/MG*, 2006.

CAMARANO, A. A. Texto para discussão nº 858, envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica, 2002. Acessado em: <http://www.ipea.gov.br>

CAMARANO, A. A. PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.) Os novos idosos brasileiros. Muito Além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 253-290.

CARVALHO, J. A. M. de; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003.

CARVALHO, J. A.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista brasileira Estudos Populacionais. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005

CARVALHO, J. A. M. de. Declínio da fecundidade no Brasil, ritmo de crescimento demográfico e distribuição etária da população. Revista da ANPEC, economia. Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p. 30-36, nov. 1984.

GUEDES, G. R. Os diferenciais de gênero na influência do status sócio-econômico e da estrutura domiciliar nos resultados de saúde do idoso brasileiro. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, 15., 2006 Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG, 2006.

MOSER. FREI A. O envelhecimento da população brasileira e seus desafios. Revista Eclesiástica Brasileira. n. 277. Vozes, 2010.

MOREIRA, M. M. Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais. In: WONG, L. L. R. (Org.). O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG e Abep, 2000, p. 25-56.

NOGUEIRA, S. L.; GERALDO J. M.; MACHADO, J. C.; RIBEIRO, R. C. L. Distribuição espacial e crescimento da população idosa nas capitais brasileiras de 1980 a 2006: um estudo ecológico. Revista brasileira Estudos Populacionais. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008

NERI, M.; SOARES, W. L. POLÍTICAS SOCIAIS, RENDA E SAÚDE NA TERCEIRA IDADE. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, 15., 2006 Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG, 2006.

OLIVEIRA, F. E. B. de, SOUZA, M. C. de. O envelhecimento populacional e a previdência social. Como vai? População brasileira. Brasília, v. 2, n. 2, p. 25-27, set. 1997.

PAIVA, C. de A.; SAWYER, D. R. T. O.; CARVALHO, J. A. M. de; PAIVA, P. de T. A. O novo padrão demográfico brasileiro e seus impactos sobre alguns setores da política social: educação, mão-de-obra e previdência social. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1981 (Relatório de Pesquisa).

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. Revista brasileira Estudos Populacionais. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. Revista brasileira Estudos Populacionais. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.